

**CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE SOBRE A ATUAL  
CRISE SOCIOAMBIENTAL:  
Sínodo da Amazônia e Biomas brasileiros**

CONTRIBUTION TO THE DEBATE  
ON THE CURRENT SOCIO-ENVIRONMENTAL CRISIS:  
Amazon Synod and Brazilian biomes

Após dificuldades superadas com vagar, como as provocadas pela COVID-19 e consequentes mudanças de hábitos, finalmente apresentamos, com muita satisfação, a segunda parte do Dossiê *O Sagrado e o Meio ambiente*. Trata-se do Volume 6 Número 12 da Revista RELICÁRIO, do Museu de Arte Sacra da Diocese de Uberlândia (MAS), referente ao segundo semestre de 2019, cuja primeira parte, Volume 6 Número 11, já está publicada. O número 12 amplia as abordagens do anterior e abrange o Sínodo dos Bispos para a Amazônia e os Biomas Brasileiros. Seu objetivo é reunir preferencialmente trabalhos acadêmicos e contribuir para o debate oportuno e atual da crise socioambiental e a consciência de uma situação carente de políticas públicas adequadas, pelo menos até o momento, principalmente em relação às populações carentes e aos povos indígenas. A responsabilidade, parece, cabe não apenas ao governo atual, mas a um conjunto de fatores antigos. Para buscar alguma luz sobre esse assunto, apresentamos 11 artigos no dossiê, os quais, a partir de diferentes correntes teóricas, instigam a reflexão, e mais 1 na seção Artigos, de temática livre, totalizando 12 artigos.

Não é possível esconder que a situação que vivemos hoje com a nova pandemia (COVID-19) é extremamente difícil. O momento é extraordinário e, com certeza, vai marcar uma experiência transformadora para os humanos, exigindo de nós muita humildade para aceitar que não temos o domínio da natureza e que podemos e sabemos muito menos do que pensamos. Ao mesmo tempo, essa é a porta aberta para a espiritualidade, suscitando-nos a recuperar aquilo que perdemos há muito: a reverência para com a natureza e a vida de todas as criaturas, como mostra o ecólogo, engenheiro agrônomo (ESALQ) e paisagista Rodolfo Geiser, editor convidado, que junto com a editora responsável desta revista coordenou os dois números do dossiê em questão. Em seu texto *Por uma visão espiritualista-ecológica do Meio Ambiente: Apontamentos*

*introdutórios ao dossiê O Sagrado e o Meio Ambiente II*, apresenta uma visão personalizada de quem acumula 55 anos de experiência na área. Nele, recupera a memória de grandes ecólogos brasileiros e polemiza vários temas inquietantes sob o ponto de vista da diversidade ecológica e biológica, como o Coronavírus (COVID-19), os problemas ambientais da Amazônia, os dramas da igualação da Paisagem e o conceito de cidade planejada, assinalando as práticas equivocadas. Finalmente, a partir de seu roteiro de leituras de filósofos e pensadores pincela textos e bibliografia que interessam aos estudiosos do meio ambiente rural e urbano.

O segundo artigo, intitulado *A manifestação do sagrado na morada original*, de Mathias de Abreu Lima Filho (PUC-SP), trata justamente de algumas questões acima colocadas. O autor procura refletir sobre a dimensão do sagrado, do saudável, do espaço que faz sentido e do significado mais original da unidade que é o homem e seu Cosmos. Abordando sobretudo Heidegger, entre outros autores, retoma a noção de sagrado/saúde numa perspectiva ontológica, questionando a visão ocidental da ciência, cartesiana e mecanicista, que reflete uma vontade de poder ilimitada sobre o nosso modo de olhar e viver o mundo. Em outras tradições espirituais, particularmente no Oriente, ressalte-se, é destacado o sentido de uma unicidade fundamental na ordem natural. O autor deixa claro que fala não apenas de uma questão ecológica, mas antes disso, de um modo original de olhar e lidar com as coisas, com a natureza.

Sobre o resgate de grandes ambientalistas brasileiros, já referido no primeiro artigo desse dossiê, *Por uma visão espiritualista-ecológica do Meio Ambiente*, temos o terceiro artigo, de Elenita Malta Pereira (UFRGS) e João Davi Oliveira Minuzzi (UFSC), intitulado *Uma amizade e dois modos de atuar como ambientalista: A correspondência entre José Lutzenberger e José Luiz Belart*. O exame dessa correspondência permite vislumbrar pontos de contato e de divergência entre as ideias e táticas dos missivistas, bem como acessar seus anseios, temores e opiniões pessoais sobre as causas por que lutavam. O texto, amplamente documentado, também ilumina uma parte da história do ambientalismo brasileiro nos anos 1970, época da ditadura militar brasileira. As cartas são fontes preciosas para as biografias, e podem ser também muito úteis para a pesquisa em história ambiental.

No quarto artigo, *Sínodo da Amazônia, “ecologia integral” e relação especial dos povos indígenas com a terra*, Ana Catarina Zema de Resende (Université Laval – Quebec) e Keila Pataxó (UnB), ambas dedicadas a estudos de direitos étnicos, discutem

a situação vulnerável dos povos e da biodiversidade da região, tendo como base a reunião entre bispos da Igreja Católica, lideranças indígenas e peritos em outubro de 2019, após incêndios que atingiram a floresta amazônica. Para as autoras, o Documento Final do Sínodo Amazônico reconhece que a crise ambiental do nosso tempo tem consequências sociais e econômicas e faz apelo à sociedade para que encontre formas de vida mais modestas e respeitadas da natureza, convocando todos para uma profunda “conversão ecológica”. A noção de “ecologia integral”, que inspira essa conversão, é apresentada, na encíclica *Laudato Si'*, do Papa Francisco, como paradigma relacional capaz de estabelecer pontes entre o cuidado com o território e o desenvolvimento econômico. Com o intuito de contribuir para o debate em torno da noção de “ecologia integral”, propõem uma análise dos documentos produzidos pelo Sínodo da Amazônia e pela Organização das Nações Unidas sobre a relação dos povos indígenas com a terra. A compreensão dessa relação é considerada fundamental não só para o reconhecimento do papel vital que os povos indígenas desempenham na luta contra as alterações climáticas, como também para a preservação dos territórios indígenas como a melhor forma de salvar a Amazônia e evitar a destruição da floresta.

Ainda sobre o Sínodo, o quinto artigo, *Um caminho de sinodalidade: Perspectivas teológico-pastorais do Sínodo Pan-amazônico em seu Documento Final*, de Gabriel S. Ribeiro (UCAM), apresenta o texto conclusivo dos padres sinodais sob outro enfoque. Assim, em tom exortativo, convoca-se todos a uma verdadeira conversão integral, que deve basear-se em um estilo de vida pautado na sobriedade e na simplicidade – tal como o de Francisco de Assis – buscando uma relação harmoniosa com toda a Criação. Somente esse processo de conversão, afirmam os padres sinodais, levará a Igreja para o coração dos povos amazônicos, que ainda que sejam multiformes, por serem oriundos de diversas etnias e culturas, anseiam por uma vida harmoniosa em todas as esferas (consigo mesmos, com outros seres humanos e com o ser supremo), resultando em um profundo e belo senso de pertencimento mútuo com todo o cosmo. O Sínodo Pan-amazônico é reflexo incontestável do caminho de sinodalidade proposto pelo Papa Francisco, em profunda comunhão com o Magistério do Concílio Vaticano II. Pautado num senso de valorização das Igrejas locais, o Sínodo, segundo o autor, ousou pensar a vida e a evangelização no imenso território pan-amazônico como paradigmas para toda Igreja e sua missão, visando efetivar a iniciação de processos de purificação e reforma.

O tema do sexto artigo, *Pe. Júlio Maria, A Igreja e o Povo- um profeta da igreja “em saída”*, de Antonio Alves de Melo (doutor em teologia pela Universidade Gregoriana de Roma), dá sequência ao resgate histórico, que permeia os textos desse dossiê. O texto é extremamente preciso ao jogar luz sobre o espírito do Concílio Vaticano II com o qual foi concebido o Sínodo dos Bispos para a Amazônia. O autor explica que ao ensinar sobre a igreja, o Concílio Vaticano II enfatizou a dimensão ‘povo de Deus’: antes de ser uma instituição, a igreja é um ‘povo a caminho’, onde todos são fiéis em Cristo e, por isso, fundamentalmente iguais. Dessa igualdade básica surgem os ministérios, entre eles os ministérios ordenados de presidência. Situa-se nessa perspectiva a proposta do redentorista brasileiro Júlio Maria em vista de uma igreja aliada ao povo. Liberta da ilusória proteção imperial, ela deveria caminhar com o povo, assumir as suas preocupações e lutas. A proposta de Júlio Maria é profética em relação à do Papa Francisco em vista de uma igreja *em saída* para o povo e para o mundo, sem temer as consequências desse movimento. De acordo com o autor, embora o contexto em que nos encontramos seja muito diferente, os desafios feitos aos seguidores do Evangelho permanecem e até se agravam.

Sobre a Amazônia propriamente, o oceanógrafo Edison Barbieri nos brinda com o sétimo artigo desse dossiê, apresentando um estudo muito bem documentado sobre a real situação em que se encontra a maior floresta tropical existente, o equivalente a 40% das reservas de florestas tropicais úmidas, além de ser o maior banco genético do planeta. O autor é diretor do NRPLS (Núcleo Regional de Pesquisa do Litoral Sul), Instituto de Pesca do Governo do Estado de São Paulo, premiado várias vezes por sua atuação científica na área socioambiental. O texto, intitulado *A Amazônia e a sustentabilidade da sua biodiversidade*, traz uma substancial contribuição para refletir sobre a biodiversidade dessa região, que ocupa um lugar preponderante entre as grandes questões humanas. Nas palavras de Barbieri, “a preservação não se limita apenas em manter íntegro o meio ambiente, mas também diz respeito ao modelo de desenvolvimento econômico, às relações políticas e às opções de vida e de consumo de toda a comunidade que ali vive.” Sem dúvida, uma leitura essencial a todos que se interessam por essa temática, em tempos de enorme complexidade.

O oitavo artigo, *Alterações ambientais no Pantanal: percepções dos pescadores de Cáceres – MT – Brasil*, de Sílvia Helena Zanirato (USP) e Otávio Ribeiro Chaves (Universidade Estadual do Mato Grosso), trata do bioma pantaneiro. O texto tem o

propósito de discorrer a respeito das alterações ambientais no Pantanal Mato-Grossense que estão a impactar a região e podem se tornar ainda mais graves no cenário de variabilidade climática. Na sequência, busca se acercar das percepções de pescadores da Colônia de Pescadores Z-2, de Cáceres, Mato Grosso, quanto às alterações ambientais na região. As formas como os pescadores se apropriam e representam em suas falas essas mudanças, expressam entendimentos preocupantes e indicam a importância de medidas que associem o conhecimento científico ao tradicional na tarefa de conter os fatores que mais impactam o bioma pantaneiro. Enfim, a literatura trabalhada e os depoimentos colhidos e analisados mostram a vulnerabilidade que se abate sobre o Pantanal. As soluções por enquanto pensadas para o controle dessa vulnerabilidade indicam o agravamento dos riscos de alterações nesse bioma e a necessidade de uma visão mais abrangente do Pantanal, na qual a percepção dos pescadores deve ser levada em consideração, de modo a reconhecer seus saberes e torná-los partícipes na proposição de soluções.

O Desastre de Mariana, reconhecido como o primeiro crime ambiental com violação de direitos humanos e o maior da história do Brasil, é tratado no nono artigo desse dossiê, com o título *Danos tangíveis e intangíveis no rompimento da Barragem do Fundão (Mariana/MG) sob a ótica da multifuncionalidade da agricultura*, de autoria de Luciana Maria de Lima Leme (ESALQ/ CENA) Gabriela Maria Leme Trivellato (ESALQ/USP) e Ademir de Lucas (ESALQ/USP). Altamente técnico e bem ilustrado, o artigo com certeza contribui para a divulgação dos danos tangíveis e intangíveis provocados pelo rompimento da barragem de Fundão (MG), em 5 de novembro de 2015, bem como dos respectivos impactos causados à agricultura familiar e à dinâmica agropecuária da região. O estudo é fruto de um parecer técnico elaborado em abril de 2017, solicitado pela Cáritas Brasileira (Regional Minas Gerais). Foram visitadas seis comunidades do município de Mariana (MG) atingidas pelo rompimento daquela barragem: Paracatu de Baixo; Paracatu de Cima; Pedras; Borba; Campinas e Ponte do Gama. As informações obtidas em campo foram analisadas sob o processo de triangulação de relatos, dados e do aporte teórico da multifuncionalidade da agricultura (MFA). De acordo com os autores, é preciso que as atuais políticas públicas passem a valorizar o papel econômico da agricultura familiar. Trata-se de considerar que essa agricultura exige a valorização das relações entre os produtores rurais e natureza; das relações entre parentes e vizinhos (a sociabilidade comunitária); e da produção de alimentos para a

própria família. As perspectivas apresentadas pela MFA e as interpretações que entendem a agricultura e o meio rural como um “modo de vida”, contrariam a ideia de que essa atividade limita-se apenas à função econômica. Os agricultores das seis comunidades atingidas não perderam (e continuam perdendo) somente os lucros a serem obtidos nas atividades agrícolas, na pecuária leiteira e na reprodução dos seus rebanhos; há também a serem consideradas perdas imateriais, da relação dessas pessoas com o espaço rural em termos de manutenção de laços afetivos, lazer, bem-estar e sentimento de pertencimento. Se fosse analisada a situação das localidades atingidas antes do desastre, em termos de favorecimento das quatro funções da MFA, poderia-se obter níveis mais do que satisfatórios, considerando a realidade vivida e relatada pelos entrevistados em questão, concluem os autores.

O décimo artigo, de Rodolfo Fares Paulo (Sinop-FASIP) e Edvaldo Sant`Ana e Lourenço (Sinop-FASIP e UNEMAT), *Impactos e implicações socioambientais do homem integrante/interventor*, dá sequência às abordagens das políticas públicas ambientais, apontando suas fragilidades, como se estivesse a concluir a temática do dossiê. O trabalho propõe uma reflexão sobre o papel do homem e sua relação simbiótica com a natureza em meio ao debate da política ambiental brasileira vocalizada pelo Estado e pelas Organizações da Sociedade Civil (OSCs). Para tanto, tem como objetivo questionar o papel do homem como integrante/interventor da natureza e suas complexas implicações socioambientais. Com metodologia de pesquisa qualitativa, contribui para o debate e a construção coletiva de soluções a partir de uma abordagem político-ideológica que perpassa o surgimento das cidades, da industrialização à contemporaneidade. O artigo objetiva minimizar as diferenças, ampliando canais de diálogo que possibilitem proposições para compreensão da relação homem/natureza e promoção da responsabilidade socioambiental.

Sob o título *A poética do Sagrado na obra escultórica de José Resende* apresentamos, no décimo primeiro texto deste número, como um brinde ao leitor, um ensaio sobre o escultor José Resende, um dos mais importantes artistas brasileiros, conhecido por ter sido um dos integrantes do Grupo Rex e por ter fundado, junto a Luiz Paulo Baravelli, Frederico Nasser e Carlos Fajardo, o Centro de Experimentação Artística Escola Brasil. Podemos entender melhor sua obra por meio do depoimento que o próprio artista dá a esta revista: “Desde sempre (e já se passaram quase 55 anos de atuação constante como artista) a minha motivação não se diferencia muito do espanto inicial que tive quando

constatei que criara algo, pois inaugurava para mim sentidos inesperados que daquilo emergiam. O que talvez seja o que mais tem a ver com o Sagrado, na crença de que o mesmo possa ser despertado no outro, pois só assim o trabalho existirá. Acredito que o meu trabalho esteja mais próximo do que o nome Relicário evoca - um objeto, que no caso, desperta a fé. Arte existe para criar sentidos e é duradora quando não para de assim proceder.” A seu respeito escreve Orandi Momesso, colecionador de obras de arte: “A obra de José Resende imprime no meio ambiente urbano sensações inesperadas que provoca em nossa alma silêncio, e ao mesmo tempo nos conecta, por meio dessa energia indecifrável, ao sagrado que há dentro de cada um de nós.” O escultor ainda nos oferece fotos de quatro trabalhos, coroando com o sublime o dossiê do volume 6 da Relicário, que teve por temática O Sagrado e o Meio Ambiente.

Na seção Artigos, de temáticas livres, apresentamos o décimo segundo artigo deste número, que é também um resgate histórico e se intitula *A Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos como espaço de memória*, cujo autor é Francisco Isaac D. de Oliveira (PUC-SP). Seu trabalho busca compreender como a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, em Natal, no Rio Grande do Norte, é identificada e percebida pelos moradores do seu entorno. Sabe-se que a igreja presenciou vários momentos importantes testemunha das mudanças ocorridas (no traçado urbano e paisagístico) no bairro de Cidade Alta da capital potiguar. Luis da Câmara Cascudo no seu livro *História da cidade do Natal*, informa que a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos é o templo mais humilde de Natal, informação essa que nos auxilia entender esse patrimônio como representativo para as identidades locais. A pesquisa também dá a perceber a importância desse espaço social para a memória local e contribui com as discussões historiográficas regionais, colaborando com a história do Rio Grande do Norte.

Antes de finalizar este editorial, é preciso mencionar que, mesmo em meio à crise que levou ao atraso da sua publicação, a revista fez avanços significativos, como a aquisição do *Digital Object Identifier* (DOI), por meio do acordo entre a Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC), representante da Crossref no Brasil, e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), esforço conjunto de parceria em prol da visibilidade da produção científica nacional. O DOI é um padrão de identificação, composto por números e letras, atribuído a um objeto digital para que este seja identificado de forma única e persistente no ambiente Web. Com essa iniciativa a

revista sobe de patamar, se internacionaliza, além de estar agora associada à ABEC e poder participar de todos os eventos promovidos por essa Associação. Outros avanços referem-se à ampliação de seu Conselho Consultivo e ao fortalecimento de sua área técnica, cujos nomes estão devidamente registrados no site da revista que se encontra na plataforma do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER). A próxima meta será trabalhar para obter novas indexações em bases de dados nacionais e internacionais e melhorar sua classificação como revista científica na CAPES.

Agradecemos à Diocese de Uberlândia e ao Museu de Arte Sacra, representados respectivamente pelo bispo Dom Paulo Francisco Machado e Pe. Rogério Antônio Alves, o apoio que a equipe editorial vem recebendo ao longo desta trajetória comum de trabalho.

Por fim, apresentamos nossos agradecimentos a todos os colaboradores da RELICÁRIO, em especial os autores que ofereceram excelentes contribuições à pesquisa na área contemplada pelos dois últimos números. Em tempos de crise ambiental, a natureza merece a discussão ecológica aqui em destaque.

Boa leitura!

*Vani Terezinha de Rezende*<sup>(\*)</sup>  
Editora Responsável

---

<sup>(\*)</sup> Doutora em Filosofia pela Universidade de São Paulo. Professora de filosofia da Faculdade Católica de Uberlândia (2004-2013), hoje PUC-Minas. Editora e fundadora de várias revistas acadêmicas da Faculdade Católica de Uberlândia. Atua principalmente na área de edição de revistas científicas. Membro do Conselho Editorial de várias revistas e participante de grupos de estudos de instituições acadêmicas (UFU, PUC-Minas) e não acadêmicas.